



**27ª Reunião Ordinária do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN
30|06|2023**

Aos 30 dias do mês de junho de 2023 às 14:00, realizou-se a reunião ordinária CPDCN de forma presencial nas dependências do auditório do CPDCN sito a Rua Bela Vista, 150 - 15º Andar - Santa Efigênia - São Paulo/SP. E contou com as seguintes presenças da sociedade civil, Agnaldo Benedito de Oliveira; Décio de Oliveira Vieira; Gil Marcos Clarindo dos Santos; Luciano Alves de Lima; Marlene Alves da Costa; Regina Célia da Silveira Santana; Sandra Baptista, Bruno Vicente Pimentel, Carlos Eduardo da Silva, Lilian Pires, Maria Cristina Martins, representantes governamental; Eloy Miguel Silva de Oliveira - Secretária de Segurança Pública. Justificaram presença sociedade civil; Maria Aparecida Costa; Dra. Roseli; Clarina Genaro; Eneas Silva Santos; Luciana Ribeiro Pena. Convidados, Robson Ferreira Silva, Coordenador da CPPNI, Aline Chaves de Camargo, Pres. do Conselho da Comunidade Negra da cidade de Piraji e esposo, Sonia Santos MNU. Pauta da Reunião: • 14:00 às 14:10 - Verificação das presenças 1ª e 2ª chamadas; • 14:10 às 14:20 - Aprovação da Ata reunião ordinária de 28 de abril 2023; • 14:20 às 14:30 - Projeto Cidades Antirracistas - Mapeamento de Conselhos - Coordenações e Movimentos Sociais de Promoção da Igualdade Racial; • 14:30 às 15:00 - Ampliação da Adesão de Conselhos Municipais à SINAPIR; • 15:00 às 15:30 - Lei 1.259 - 2015 - Cotas Concursos Públicos - Alteração de Pontuação diferenciada para a garantia de 30% das vagas - Acompanhamento da Aplicação da Lei no Estado, visando saber como a população negra está inserida. • 16:00 às 16:30 - Monitoramento da Polícia por Câmeras; • 16:30 às 17:00 - Racismo no Futebol: Procedimentos adotados pela Federação Paulista de Futebol e Confederação Brasileira de Futebol - CBF; • 17:00 às 17:30 - Plano Estadual - Ajustes / Cartilha CPDCN; • 17:30 às 18:00 - Grupo Trabalho Comissão Permanente de Comunidades Tradicionais encaminhamentos de Reunião realizada com o Fórum Inter-religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade Religiosa - Evento Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e Assuntos Gerais. O Presidente Gil Marcos Clarindo verifica o número de ausências e diz que não há quórum suficiente para deliberações, e que a reunião acontecerá ressaltando a importância dos presentes e em especial a do Dr. Robson Silva Ferreira que será novo Coordenador de Políticas para População Negra e também outros convidados que se apresentarão no decorrer da reunião. A seguir o Presidente Gil pergunta aos presentes a aprovação da ata do mês de

Maio, a seguir apresentou A Sra. Aline Chaves de Camargo, presidente do Conselho da Comunidade Negra da cidade de Pirangi. Aline Chaves toma a palavra para agradecer o auxílio recebido do CPDCN em conjunto com o Dr Agnaldo no caso em que sua filha sofreu uma situação de preconceito na cidade. Por meio do Conselheiro, acionou o MP e conseguiu que o caso tivesse repercussão e acompanhamento dos órgãos públicos. Em seguida apresentou seu esposo e informou de seu trabalho como promotora pública e o trabalho da instalação do Conselho da Comunidade Negra em sua cidade. Ao retomar a palavra, o Presidente Gil informa de sua participação em conjunto com a Cida Costa e mais a Marlene Costa no evento de composição do conselho municipal d Várzea Paulista, ressaltando o trabalho do CPDCN em continuar o estímulo e apoio a formação de Conselhos Municipais que é uma das metas no plano de ação do CPDCN. E ainda explica aos presentes da necessidade o conselho desenvolver uma forma prática de continuar visitando os municípios que se dispõe a instalar seus conselhos na cidade Dr. Agnaldo informa sobre o caso mencionado pela sra. Aline Chaves e que deu todo o apoio aos familiares se colocando a disposição para qualquer dificuldade que surgir quanto a esse caso. Informa ainda que esteve em evento em Ribeirão Preto e na ocasião na oportunidade de conhecer o Conselho da Comunidade Negra da Cidade de Ribeirão Preto. Maria Cristina relembra que é possível fazer junto ao SUS um acompanhamento psicológico com as vítimas de racismo e que esse trabalho se faz necessário pois essas vítimas permanecem com sequelas psicológicas, as vezes graves por longo tempo. Pres. Gil esclarece que foi muito positivo a presença do secretário no evento de aniversário da Alesp, porém não vê até hoje nenhuma pauta governamental com relação as questões raciais. Dr. Agnaldo demonstra sua preocupação em saber que a Suprema Corte Americana extinguiu o processo de cotas raciais em Universidades Americanas e isso pode reverberar aqui no Brasil. Andreia João crê que esse processo ocorrido nos EUA. Podem sim repercutir aqui, pois a maior parte da corte americana é de direita. Bruno retoma a pauta e informa sobre as cotas, sendo que a mudança no sistema retirando a pontuação e aplicando os moldes da lei municipal da cidade de São Paulo, decreto 57.557-2016 e a lei 15.939-2013, que garante a inserção de 20% de pessoas negras nos concursos do Estado a proposta seria de 30 %. Sendo que o termo afrodescendência deve ser compreendido com população negra com Fenotípica, por esse motivo a necessidade de uma banca de afeição de fenotipia (traços negroide). Gil sugere conversarmos com a deputada Leci Brandão e o dep. Reis para adequarmos essas leis a realidade do que precisamos enquanto comunidade negra. Dra. Regina Célia sugere que o CPDCN faça um ofício aos deputados envolvidos e criemos uma comissão do Conselho em conjunto com o coordenador da CPPNI, o Robson para nos reunirmos com esses parlamentares com pauta definida. Ressalta ainda a importância de termos um local digno de trabalho no prédio da Secretaria de Justiça. Dr. Agnaldo sugere ainda que além dessas propostas, façamos uma reunião com o secretário para avançarmos nessas pautas.

Robson discorre sobre o fato de importância em o CPDCN se localizar em uma dependência da secretaria da justiça, próximo ao gabinete da CPPNI, pois agilizará muitas pautas que podem ser desenvolvidas em conjunto. Explicou a possibilidade de se organizar o evento em homenagem a Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, de se realizar em conjunto, om CPDCN e a CPPNI. Não vê problemas em realizar em conjunto, apenas é preciso afinar o formato e as necessidades. Informa ainda de ouvirmos as personalidades femininas sobre suas demandas e suas lutas até para a construção de um evento como esse. Maria Cristina retoma a questão do dia e horário e acredita ser importante chamar as mulheres e o grupo feminino para essa discussão e também diz que é muito positivo essa construção com a CPPNI. Informa ainda que a homenagem de 14 mulheres como foi definido é perfeito para o dia. Dra. Regina Célia relembra da importância de se reconhecer a importância das mulheres negras porém não esquecer das mulheres que fazem parte do Conselho, pois são líderes que ainda estão em plena atividade. Dr. Agnaldo sugere fazermos uma tentativa para conversamos com parlamentares com o objetivo de melhorarmos o escopo da lei de cotas, a qual não reflete os problemas de nossa comunidade. Dra. Regina Célia sugere montarmos uma comissão com os conselheiros do CPDCN, para agendarmos reuniões com os parlamentares da ALESP. Além de fazermos um ofício para agendarmos reuniões que tratariam especificamente da reformulação da Lei de cotas. Sugere também que o Robson da CPPNI esteja presente na comissão do Conselho. Gil informa que nessas possíveis reuniões com parlamentares e na reunião com o secretário, levemos como pauta a questão das câmeras nos uniformes dos policiais. Informa também que tem se esforçado para agendar reuniões com o secretário da justiça e também com o governador. Robson informa que já está em andamento a reforma da sede do CPDCN que deve ficar no mesmo prédio da CPPNI, o que facilitaria a interação entre a coordenação e o Conselho. Informa ainda da possibilidade do Conselho fazer o evento do dia 29 do julho, ser em conjunto com a CPPNI, o qual poderia ser um evento de debates e discussões a respeito de pautas em comum. Gil retoma a palavra informando das medidas em que estão sendo tomadas para a construção do evento e que não há razão para ser em separado com a CPPNI, informa ainda da necessidade de juntos, pagarmos os custos do evento pois há um problema de caixa na secretaria, problema esse que impede a liberação de recursos. Andreia João ficou de marcar uma reunião com o coletivo de mulheres para discutir pautas em comum com o Conselho. Sonia Santos do MNU, esteve presente na reunião e fazendo uso da palavra informa que as mulheres do MNU e as mulheres em geral do Movimento Negro não irão se calar com relação as dificuldades enfrentadas pelo povo negro. Agradece o prêmio recebido do governo por sua luta em prol da Igualdade racial e de gênero em que esta envolvida há muitos anos. Agradece o convite da Dra. Roseli pelo convite. Carlos Eduardo informa da importância de nossas reuniões serem presenciais pós pandemia, e concorda com a construção de evento em conjunto com a CPPNI e o coletivo de mulheres. Gil informa das

dificuldades e da burocracia em dar continuidade ao Plano de Igualdade racial do Estado, em que as vezes uma palavra interfere na retomada do plano. Dr. Luciano não concorda da substituição de uma palavra como “genocida”, pois é o que acreditamos que está acontecendo com a juventude negra em nosso estado. Bruno coloca que é preciso ter estratégias para seguirmos com a aprovação do plano Estadual, pois uma palavra mal colocada impede a aprovação do plano. Dr. Luciano relembra que o plano precisa de recursos para ser implantado e isso deve figurar no escopo do plano, pois sem recursos financeiros até a existência do Conselho ficaria prejudicada. Maria Cristina informa da importância do CDPCN se manter informado sobre os caminhos traçados pelo povo de terreiro e sua luta contra a desigualdade e a intolerância a que esse povo está submetido. Lilian Pires retoma a palavra e informa da necessidade de o CPDCN manter uma comissão em sintonia com os trabalhos do Fórum Inter-religioso e as comunidades Tradicionais, pois é inaceitável o processo de intolerância religiosa a que essas comunidades estão submetidas. Nada mais havendo o Presidente Gil encerra a reunião e a presente ata foi redigida por mim, Conselheiro Décio de Oliveira Vieira e aprovada pelo colegiado.